

NOTA À IMPRENSA

Assembleia Municipal de Sines aprova Orçamento 2014 e Grandes Opções do Plano 2014-2017

Os novos documentos previsionais do município de Sines são marcados pelos condicionalismos financeiros à gestão da autarquia e incluem as principais propostas do programa com que o Partido Socialista venceu as eleições de 29 de setembro.

A Assembleia Municipal de Sines, reunida no dia 20 de dezembro, aprovou as propostas de Orçamento Municipal 2014 e Grandes Opções do Plano 2014-2017 apresentadas pela Câmara. Ambos os documentos foram aprovados por maioria, com os votos a favor do Partido Socialista (13) e as abstenções do SIM (5), CDU (4) e PSD (1).

O montante total do Orçamento Municipal 2014 é de 33 milhões 453 mil e 540 euros, cerca de 12,3 milhões inferior ao orçamento revisto de 2013. É o orçamento mais baixo desde 2004, tendo em conta os condicionalismos que a autarquia irá enfrentar, com um conjunto de novos diplomas legais, cortes, obrigações e compromissos já assumidos que diminuem a capacidade financeira da autarquia para investir em 2014 e anos seguintes.

“Face a estes condicionalismos, a nossa preocupação foi ter um orçamento equilibrado, aproximado daquilo que será a execução expectável”, disse o presidente da Câmara, Nuno Mascarenhas, na sua intervenção de enquadramento dos documentos na Assembleia Municipal.

Segundo o presidente, o montante para novos investimentos em 2014 rondará os 4 milhões de euros, número que não coincide com a verba inscrita em orçamento para investimentos (cerca de 10,8 milhões de euros) porque nela estão incluídos projetos já iniciados que transitam para 2014.

As Grandes Opções do Plano 2014-2017 aprovadas resultam em grande parte daquilo que foi o programa eleitoral com que o PS que ganhou as eleições de 29 de setembro em Sines. Neste documento estão delineados os investimentos em obras, programas, ações e medidas que o novo executivo pretende realizar nos próximos quatro anos para tornar o concelho mais atrativo e coeso no quadro de uma política rigorosa de gestão dos recursos financeiros.

Na sessão da Assembleia Municipal de 20 de dezembro, o presidente da Câmara selecionou algumas das medidas que nele constam a que atribui maior significado.

Na área da **economia e emprego**, Nuno Mascarenhas destacou a atitude proativa que a autarquia irá adotar na atração de investimentos sustentáveis, a promoção já em 2014 de um evento anual que divulgue as atividades económicas de Sines e da Costa Alentejana e o apoio que será dado ao comércio local em cooperação com a associação do setor.

Na **educação e formação**, o novo executivo compromete-se a assegurar a continuação das atividades de enriquecimento curricular do 1.º ciclo e a continuar a qualificação e modernização das escolas, embora com um esforço muito inferior ao que foi feito nos últimos anos, uma vez que o parque escolar praticamente está consolidado.

A Câmara vai também trabalhar com a **juventude**, com enfoque na dinamização das atividades do Conselho Municipal da Juventude, na criação de um cartão jovem municipal e no incentivo aos jovens para terem uma vida desportiva e cultural mais ativa.

Na **cultura**, a autarquia prosseguirá o apoio às coletividades locais, procurará obter a participação de mais municípios no projeto da Escola das Artes do Alentejo Litoral e irá envolver as associações na programação e dinamização do Centro de Artes. O Festival Músicas do Mundo vai realizar-se em Sines e Porto Covo.



MUNICÍPIO DE SINES

De acordo com o sublinhado feito pelo presidente, a dinamização dos equipamentos desportivos do município será uma das principais preocupações na área do **desporto**, numa relação estreita com os clubes, que a Câmara irá apoiar e envolver nas decisões sobre a política municipal para este setor.

Relativamente à **solidariedade e ação social**, a Câmara vai procurar implementar a Rede do Medicamento de Sines – Farmácias Solidárias, para apoiar as pessoas mais carenciadas através da comparticipação na aquisição de medicamentos.

Na **segurança**, será dada prioridade aos apoios aos Bombeiros Voluntários de Sines e à revisão do Plano Municipal de Emergência e dos planos de evacuação e emergência das escolas do ensino básico.

Na **qualidade de vida urbana**, a Câmara procurará introduzir algumas medidas que visem melhorar o serviço de abastecimento de água, nomeadamente em zonas rurais ainda não abrangidas. Logo que possível, serão adquiridos equipamentos para intensificar a limpeza da cidade e para apoiar a Junta de Freguesia de Porto Covo nesse trabalho. Na recolha de resíduos, a prioridade será alargar a rede de contentores e ecopontos enterrados.

Na **saúde e ambiente**, a autarquia continuará a desenvolver contactos com o governo para garantir a rápida construção do centro de saúde e pugnará pela construção de uma nova ETAR industrial como melhor forma de garantir a eliminação da poluição marítima e atmosférica.

Na **recuperação urbana e património** está prevista a requalificação de espaços exteriores de diversos bairros, a remodelação do parque de merendas junto ao parque de campismo e a recuperação de alguns parques infantis (nomeadamente o do ex-IOS). Na rede viária as prioridades serão a construção de rotundas junto aos bairros Pidwell e da EDP, a conclusão dos arranjos da entrada de Sines e a criação de parques de estacionamento periféricos à zona histórica. Também há intenção de avançar com a recuperação e adaptação do edifício dos antigos correios e será estudada a possibilidade de o mercado municipal sofrer melhorias significativas.

No **turismo, mar e atividades piscatórias**, a Câmara quer ter um posto de turismo com um novo modelo, iniciar as parcerias para a criação do museu do mar e incentivar a realização de festivais e eventos relacionados com a temática marítima e com a figura de Vasco da Gama. O novo executivo também pretende devolver à Feira de Agosto a sua antiga expressão, continuar a promover as Tasquinhas e apoiar o Carnaval e outros eventos.

Nas medidas apresentadas na área do **planeamento e ordenamento do território**, o presidente da Câmara destacou a elaboração de um plano de qualificação do espaço público, a conclusão da revisão do Plano Diretor Municipal e a continuação do trabalho de planeamento do território, com enfoque nas zonas rurais, de modo a promover o seu desenvolvimento nas áreas do turismo, habitação e atividades económicas.

A **cooperação com as juntas de freguesias** será reforçada, procurando-se, logo no início de 2014, iniciar um processo de revisão dos protocolos para transferência de mais competências, opção reforçada pelo facto de a nova Lei de Finanças Locais, em vigor a partir de 1 de janeiro, transferir algumas receitas dos municípios para as autarquias.

Na **modernização dos serviços**, a principal aposta do novo executivo será a criação do Balcão Único, para um atendimento mais eficiente aos munícipes e empresários.

A Câmara irá ainda trabalhar na **valorização dos recursos humanos**, promovendo ações de formação, em conjunto com outras entidades, e dando aos trabalhadores condições que facilitem a sua autoformação.



MUNICÍPIO DE SINES

Posições da oposição na Câmara

Movimento SIM. Num texto de apreciação apresentado na reunião de Câmara onde as propostas de documentos previsionais foram votadas, o movimento SIM (vereadoras Marisa Santos e Cristina Santa Bárbara) considerou que as Grandes Opções do Plano “não refletem de forma clara a estratégia do executivo para o próximo quadriénio, limitando-se a elencar intenções e raramente explicitando o caminho para a [sua] concretização”.

Para o SIM, é “desadequada a menção à situação de endividamento da Câmara como fator de constrangimento à governação municipal, tendo em conta que tal endividamento deriva de um notável esforço de investimento, dotando o concelho dos seus equipamentos essenciais e permitindo simultaneamente a redução do endividamento por via das participações comunitárias extraordinariamente elevadas”.

Na análise das GOP referente à educação e formação, o SIM diz não entender a “inexistência de qualquer referência ao papel fundamental do ensino artístico” corporizado pela Escola das Artes do Alentejo Litoral.

Na área ambiental, o movimento considera que a ETAR para tratamento do efluente doméstico da cidade de Sines deveria ser um projeto prioritário a integrar no próximo quadro comunitário e que é fundamental garantir junto dos parceiros a continuidade do projeto GISA.

Relativamente à recuperação do património, as vereadoras do SIM questionam o modelo preconizado para a reabilitação do mercado municipal face aos custos previstos (2 milhões de euros).

No que respeita às Atividades Mais Relevantes para 2014, realçam “a garantia de continuidade dos principais projetos e atividades desenvolvidos na anterior governação municipal, o que evidencia e corrobora a necessidade, qualidade e valor de tais projetos”. Também no Plano Plurianual de Investimentos reconhece “a prossecução de uma política de investimento consonante com a visão que vinha sendo concretizada em mandatos anteriores”.

Finalmente, e sustentando o voto de abstenção apesar das discordâncias apresentadas, o SIM refere-se às “dificuldades acrescidas” de “elaboração de um documento desta relevância em ano eleitoral, pelo pouco tempo disponível para o efeito”, na expectativa de que os projetos possam ser “devidamente maturados e desenvolvidos” ao longo do ano.

CDU. Para o vereador Helder Guerreiro, na sua declaração de voto em nome da CDU, não se pode “ignorar o mandato claro do Povo de Sines em face também das propostas apresentadas no recente ato eleitoral”, plasmadas nos atuais documentos previsionais.

“Conhecemos a difícil situação financeira da câmara municipal, a qual é agravada com o empréstimo recebido devido ao PAEL, pois obriga a cortes nos serviços e na despesa que irão trazer consequências nas condições de vida dos sinienses. Os documentos apresentados não demonstram a necessária renegociação do PAEL, considerada por nós como importante para ‘canalizar’ fundos para o que seria mais prioritário”.

A CDU assinala que o “Orçamento para 2014 aponta diversas obras com recurso a meios próprios, porém o mapa de pessoal não parece comportar o número de trabalhadores suficientes para fazer face a esse desígnio”.

“A redução do número de postos de trabalho sem a abertura das vagas necessárias para o preenchimento das saídas poderá pôr em causa o bom funcionamento dos serviços ou um aumento da precariedade no seio dos trabalhadores da autarquia. Caberá ao executivo demonstrar o contrário”, escreve Helder Guerreiro.

A CDU conclui a declaração com a reafirmação do “papel de oposição coerente e construtiva com propostas alternativas, tomando a devida nota da inscrição em sede dos documentos



MUNICÍPIO DE SINES

apreciados de algumas medidas propostas pela CDU na última campanha eleitoral, justificando também dessa forma o voto de abstenção”.

Mais informações

Versões integrais das Grandes Opções do Plano 2014-2017 e Orçamento 2014 disponíveis em www.sines.pt

SIDI/PM/2013-12-26

Para solicitar mais informações sobre as notícias da nota use o email sidi@mun-sines.pt ou o telefone 269 630 665 (Serviço de Informação, Divulgação e Imagem).